



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

PARECER Nº 286, DE 2022 - PLEN/SF

Da COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.117, DE 2022, sobre a Medida Provisória nº 1.117, de 2022, que *altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.*

Relator: Senador **JAYME CAMPOS**

I – RELATÓRIO

A Medida Provisória (MPV) nº 1.117, de 2022, altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC), para estabelecer novos parâmetros de periodicidade para a atualização da tabela de piso mínimo de frete.

O art. 1º da MPV altera o § 3º do art. 5º da Lei nº 13.703, de 2018, para determinar que sempre que ocorrer oscilação positiva ou negativa no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 5% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos elaborada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência deverá publicar norma com novos pisos mínimos de frete. O texto original do dispositivo alterado determinava que os pisos mínimos deveriam ser ajustados sempre que essa variação superasse 10%.

O art. 2º, por fim, dispõe sobre a vigência e a produção imediata de efeitos da MPV.



SF/22820.54336-19

No que se refere às alterações propostas à Lei nº13.703, de 2018, consta da Exposição de Motivos (EM) nº 00025/2022 MINFRA, que acompanha a MPV, que a metodologia aplicada no cálculo dos pisos mínimos de frete tem se mostrado insuficiente devido à forte variação dos preços internacionais do petróleo decorrente do conflito entre Ucrânia e Rússia e dos desequilíbrios que esse conflito tem causado no preço dessa *commodity*.

No campo das exigências constitucionais, o Governo justifica a relevância e a urgência da matéria como condição imprescindível para preservar a adequada retribuição ao transportador autônomo de cargas pelos serviços prestados.

O prazo para apresentação de emendas à MPV extinguiu-se em 19 de maio de 2022. Foram oferecidas 25 emendas.

No último dia 30 de agosto, foi aprovado, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, parecer à Medida Provisória nº 1.117, de 2022, de autoria do Deputado Cezinha de Madureira, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista; bem como pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da proposta.

Quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, o relator concluiu pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25; pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 2, 9 e 15; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.117, de 2022, nos termos em que foi enviada pelo Poder Executivo e pela rejeição de todas as emendas.

Durante a discussão da matéria, foi apresentada uma emenda de Plenário. A respeito dessa emenda, foi votado pela sua constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e não implicação orçamentária e financeira e, no mérito, por sua rejeição.

A MPV tem prazo final de deliberação pelo Congresso Nacional, já prorrogado, até 26 de setembro deste ano.



II – ANÁLISE

II.1 DA ADMISSIBILIDADE, CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE

O *caput* e o § 5º do art. 62 da Constituição Federal permitem a adoção de medida provisória pelo Presidente da República nos casos de relevância e urgência. Esses requisitos são preenchidos pela MPV nº 1.117, de 2022, tendo em vista que sua edição se deu em resposta às oscilações bruscas e frequentes no preço do principal insumo utilizado no transporte rodoviário de cargas.

Nesse sentido, me alinho à exposição de motivos da MPV que considera necessária a realização de aprimoramentos na Política Nacional de Pisos Mínimos de Frete que possibilitem maior rapidez de resposta aos reajustes do óleo diesel na bomba, que, de acordo com a EMI, acumula alta de 52% em 12 meses, segundo o IPCA-15 em abril, do IBGE.

No que diz respeito à constitucionalidade da proposta em exame, não vislumbramos vícios de ordem formal. Primeiramente, a MPV não incorre nas matérias sobre as quais é vedada sua edição (art. 62, § 1º, da Constituição Federal – CF). Ademais, nos termos do art. 22, inciso XI, da Carta Magna, compete à União legislar privativamente sobre trânsito e transporte.

No que diz respeito à juridicidade da MPV nº 1.117, de 2022, e das emendas apresentadas no prazo definido no Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, não há quaisquer óbices. Entendemos que essas iniciativas se harmonizam com o ordenamento jurídico em vigor, não violam qualquer princípio geral do Direito e possuem os atributos próprios a uma norma jurídica (novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade).

Em relação à técnica legislativa, não verificamos vícios na MPV nº 1.117, de 2022.

II.2 DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública federal e do atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei Complementar nº



101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. Nesse contexto, está claro que a MPV nº 1.117, de 2022, atende aos requisitos orçamentários e financeiros.

De acordo com a Nota Técnica nº 26, de 2022, da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, em relação à MPV nº 1.117, de 2022, a alteração implementada pela proposta não acarreta qualquer impacto orçamentário e financeiro de forma direta, seja na receita ou na despesa. Sendo assim, está em conformidade com a legislação orçamentária e financeira vigente, abrangendo dispositivos constitucionais, Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, e lei orçamentária anual.

II.3 DO MÉRITO

No tocante ao mérito, a Medida Provisória busca evitar que os transportadores rodoviários de cargas sofram com a defasagem da remuneração recebida pelos serviços prestados frente aos constantes aumentos no preço do combustível utilizado.

Em consonância com o entendimento exarado pelo Deputado Cezinha de Madureira, relator da MPV na Câmara dos Deputados, estamos de acordo com a alegação do Poder Executivo, de que a atual metodologia usada no cálculo dos pisos mínimos relativos ao quilômetro rodado na realização de fretes, não tem sido capaz de promover condições mínimas para a realização dos serviços de transporte rodoviário de cargas no território nacional, e, portanto, tem se demonstrado insuficiente para enfrentar os significativos aumentos dos preços internacionais do petróleo.

Dessa forma, consideramos pertinentes os ajustes na Política Nacional de Pisos Mínimos de Frete para que sejam minimizados os efeitos, prejudiciais aos caminhoneiros, dos reajustes do óleo diesel na bomba.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e adequação orçamentária e financeira, bem como pela constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.117, de 2022, e no mérito, o voto é pela



aprovação da proposta, nos termos em que foi enviada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22820.54336-19